



*[Handwritten signature]*

## **Anexo para o período findo em 31 de dezembro de 2016**

### **1. Introdução**

A Fundação Bracara Augusta é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 70 de 24 de Março de 1997, Série II, com sede na Rua Santo António das Travessas, n.º 26. Tem como atividade a realização de atividades culturais.

As demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição e performance da empresa. Os valores que constam deste Anexo encontram-se apresentados em euros.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

### **3. Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*" (Nota 14).

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.





### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

### 3.2.1 Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em regime duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamento básico	3 a 8
Equipamento administrativo	3 a 4
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8



Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### **3.2.3 Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. As amortizações são calculadas pelo método da linha reta, em regime duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para os bens, que é, regra geral, de três anos. Não é considerado qualquer valor residual.

### **3.2.4 Custos dos empréstimos obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos.

### **3.2.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, será efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido for superior à sua quantia recuperável (pelo uso ou pela venda), é reconhecida uma perda por imparidade, reconhecida na demonstração dos resultados.





A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores será registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

### **3.2.6 Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda líquido dos custos a suportar com a sua alienação), utilizando-se o FIFO (Fisrt in, first out) como fórmula de custeio.

Os produtos acabado e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso em curso são valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido (se este for inferior). Os custos de produção englobam o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando existem indícios de que as perdas por imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas.

### **3.2.7 Rédito**

O rédito proveniente das vendas apenas é reconhecido quando a quantia do rédito puder ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados, todos os riscos e





vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador e a entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação tendo em conta a data de relato, desde que o montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade, seja possível benefícios económicos futuros associados à transação e os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

### **3.2.8 Fundadores**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### **3.2.9 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **i. Clientes e outros devedores**

As dívidas de clientes e outros devedores estão mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### **ii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método de custo.



As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **iii. Empréstimos**

Os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e são reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

### **iv. Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e são tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **v. Subsídios e apoios do Estado**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários





para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (no caso de ativos depreciables, as respectivas depreciações).

Os subsídios concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período em função dos gastos incorridos que o incentivo pretende compensar.

#### **vi. Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

#### **vii. Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.





#### **viii. Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que se justificam reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalente de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Fluxos de caixa**

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	5.454,51 €	2.709,84 €
Depósitos bancários	18.353,64 €	31.770,85 €
Total	23.808,15 €	34.480,69 €

O valor em caixa a 31 de dezembro de 2016 refere-se a fundos fixos para despesas correntes, os quais servem para fazer face a determinadas despesas. Os restantes montantes dizem respeito a valores recebidos no final do ano e que foram depositados durante o período de 2017.



## 6. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como se segue:

31-12-2016				
Descrição	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia inicial: vida útil finita	- €	1.932,62 €	1.955,19 €	3.887,81 €
Quantia inicial: vida útil indefinida	- €	- €	- €	- €
Amortizações acumuladas iniciais	- €	520,67 €	1.955,19 €	2.475,86 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	- €	- €	- €	- €
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	- €	<b>1.411,95 €</b>	- €	<b>1.411,95 €</b>
Adições				
Aquisições	- €	- €	- €	- €
Outras	- €	- €	- €	- €
<b>Total das adições</b>	- €	- €	- €	- €
Diminuições				
Amortizações	- €	644,14 €	- €	644,14 €
Alienações	- €	- €	- €	- €
<b>Total das diminuições</b>	- €	<b>644,14 €</b>	- €	<b>644,14 €</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>	- €	<b>767,81 €</b>	- €	<b>767,81 €</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como se segue:

31-12-2015				
Descrição	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia inicial: vida útil finita	- €	1.352,82 €	1.955,19 €	3.308,01 €
Quantia inicial: vida útil indefinida	- €	- €	- €	- €
Amortizações acumuladas iniciais	- €	37,57 €	1.955,19 €	1.992,76 €
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	- €	- €	- €	- €
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	- €	<b>1.315,25 €</b>	- €	<b>1.315,25 €</b>
Adições				
Aquisições	- €	579,80 €	- €	579,80 €
Outras	- €	- €	- €	- €
<b>Total das adições</b>	- €	<b>579,80 €</b>	- €	<b>579,80 €</b>
Diminuições				
Amortizações	- €	483,10 €	- €	483,10 €
Alienações	- €	- €	- €	- €
<b>Total das diminuições</b>	- €	<b>483,10 €</b>	- €	<b>483,10 €</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>	- €	<b>1.411,95 €</b>	- €	<b>1.411,95 €</b>





## 7. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31-12-2016

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos	
Quantia escriturada bruta inicial	- €	209.495,10 €	218.940,06 €	- €	5.652,70 €	989,00 €	435.076,86 €
Depreciações acumuladas iniciais	- €	- €	211.676,07 €	- €	4.567,05 €	83,22 €	216.326,34 €
Quantia escriturada líquida inicial	- €	209.495,10 €	7.263,99 €	- €	1.085,65 €	905,78 €	218.750,52 €
Adições							
Aquisições	- €	- €	3.290,00 €	- €	1.059,97 €	2.043,67 €	6.393,64 €
Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das Adições	- €	- €	3.290,00 €	- €	1.059,97 €	2.043,67 €	6.393,64 €
Diminuições							
Abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	300,00 €	- €	- €	- €	300,00 €
Depreciações	- €	- €	3.933,54 €	- €	569,11 €	375,64 €	4.878,29 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das diminuições	- €	- €	4.233,54 €	- €	569,11 €	375,64 €	5.178,29 €
Quantia escriturada líquida	- €	209.495,10 €	6.320,45 €	- €	1.576,51 €	2.573,81 €	219.965,87 €

31-12-2015

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos	
Quantia escriturada bruta inicial	- €	209.495,10 €	218.894,94 €	- €	4.478,01 €	99,50 €	432.967,55 €
Depreciações acumuladas iniciais	- €	- €	208.575,61 €	- €	4.458,02 €	39,39 €	213.073,02 €
Quantia escriturada líquida inicial	- €	209.495,10 €	10.319,33 €	- €	19,99 €	60,11 €	219.894,53 €
Adições							
Aquisições	- €	- €	1.972,32 €	- €	1.174,69 €	889,50 €	4.036,51 €
Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das Adições	- €	- €	1.972,32 €	- €	1.174,69 €	889,50 €	4.036,51 €
Diminuições							
Abates	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alienações	- €	- €	1.927,20 €	- €	- €	- €	1.927,20 €
Depreciações	- €	- €	3.100,46 €	- €	109,03 €	43,83 €	3.253,32 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total das diminuições	- €	- €	5.027,65 €	- €	109,03 €	43,84 €	5.180,52 €
Quantia escriturada líquida	- €	209.495,10 €	7.264,00 €	- €	1.085,65 €	905,77 €	218.750,52 €



## 8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos respeitam a empréstimos obtidos pela entidade junto a instituições de crédito e sociedades financeiras.

### 8.1. Empréstimos bancários e descobertos bancários

Os empréstimos obtidos exigíveis ou que se vençam no decurso normal do ciclo operacional da entidade estão evidenciados no passivo corrente, os restantes integram o passivo não corrente. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o saldo era o seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Não Correntes	- €	- €
Correntes	804,33 €	- €
Cartão de crédito	804,33 €	- €
Total	804,33 €	- €

## 9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários e o respetivo custo repartem-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Inventários Iniciais	26.895,15 €	- €	26.895,15 €	22.682,47 €	- €	22.682,47 €
Compras	7.755,24 €	28,27 €	7.783,51 €	9.499,58 €	- €	9.499,58 €
Reclassificação e regularização de inventários	941,59 €	- €	941,59 €	1.422,06 €	- €	1.422,06 €
Inventários finais	28.169,67 €	- €	28.169,67 €	26.895,15 €	- €	26.895,15 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	6.226,88 €	28,27 €	6.255,15 €	3.864,84 €	- €	3.864,84 €

O valor em *stock* no final do ano diz respeito a livros e algumas bebidas comercializadas no bar.





## 10. Subsídios

Atualmente, a entidade tem um subsídio ao investimento no âmbito do EVS.

Relativamente aos subsídios à exploração que foram reconhecidos, são nomeadamente no âmbito do programa Cheque Formação do IEFP, contrato programa com o Município de Braga e no âmbito do programa Juventude em Ação do IPDJ.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das contas dos subsídios existentes ("Diferimentos", no passivo, e "Outras variações no capital próprio", no capital próprio) são os que a seguir se discriminam:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
<b>Subsídios ao Investimento</b>	<b>1.056,30 €</b>	<b>1.422,28 €</b>
EVS	1.056,30 €	1.422,28 €
<b>Subsídios à Exploração</b>	<b>57.797,71 €</b>	<b>111.330,43 €</b>
Cheque Formação	620,50 €	- €
100% Youth City	57.177,21 €	111.330,43 €
<b>Total</b>	<b>58.854,01 €</b>	<b>112.752,71 €</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os subsídios imputados são os que a seguir se discriminam:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
<b>Subsídios ao Investimento</b>	<b>365,98 €</b>	<b>907,98 €</b>
EVS	365,98 €	907,98 €
<b>Subsídios à Exploração</b>	<b>395.104,72 €</b>	<b>400.853,77 €</b>
Câmara Municipal de Braga	345.000,00 €	345.000,00 €
IEFP	- €	14.109,97 €
EVS	- €	955,79 €
100% Youth City	49.353,22 €	14.497,57 €
Europa Entrepreneur	- €	23.240,00 €
Outras entidades	- €	3.050,44 €
Cheque Formação	751,50 €	- €
<b>Total</b>	<b>395.470,70 €</b>	<b>401.761,75 €</b>



## 11. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
FCT	- €	2.103,10 €	2.103,10 €	- €	1.361,65 €	1.361,65 €
Total	- €	2.103,10 €	2.103,10 €	- €	1.361,65 €	1.361,65 €

## 12. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Fundos	19.951,92 €	19.951,92 €
Resultados transitados	163.111,85 €	120.814,43 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.056,30 €	1.422,28 €
Total	184.120,07 €	142.188,63 €

## 13. Instrumentos financeiros

### 13.1. Clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de clientes, de fornecedores, de outras contas a receber e de outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:





Rubrica	31-12-2016		31-12-2015	
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas
<b>Activos</b>				
Clientes	12.110,31 €		48.700,81 €	
Outras contas a receber	48.112,49 €		38.949,48 €	
<b>Total</b>	<b>60.222,80 €</b>		<b>87.650,29 €</b>	
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	9.044,45 €		22.624,79 €	
Outras contas a pagar	35.742,99 €		33.478,30 €	
<b>Total</b>	<b>44.787,44 €</b>		<b>56.103,09 €</b>	
<b>Total líquido</b>	<b>15.435,36 €</b>		<b>31.547,20 €</b>	

#### 14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
	Corrente	Corrente
<b>Activos</b>	<b>1.210,78 €</b>	<b>- €</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	1.210,78 €	- €
<b>Passivos</b>	<b>12.690,48 €</b>	<b>21.295,61 €</b>
Imposto sobre o rendimento	166,47 €	237,60 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	3.924,70 €	3.926,01 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	8.250,28 €
Contribuições para a segurança social	8.599,31 €	8.881,72 €
<b>Total</b>	<b>- 11.479,70 €</b>	<b>- 21.295,61 €</b>

#### 15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica Diferimentos apresentava os seguintes saldos:



*[Handwritten signatures and initials]*

Rubrica	31-12-2016		31-12-2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Activos</b>	<b>4.270,32 €</b>		<b>3.536,39 €</b>	
Gastos a reconhecer	4.270,32 €		3.536,39 €	
<b>Passivos</b>	<b>58.077,88 €</b>		<b>112.201,89 €</b>	
Rendimentos a reconhecer IEPF	620,50 €		- €	
100% Youth City	57.177,21 €		111.330,43 €	
Vendas para Espetáculos	280,17 €		871,46 €	
<b>Total</b>	<b>62.348,20 €</b>	<b>- €</b>	<b>115.738,28 €</b>	<b>- €</b>

## 16. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e 2015, resumem-se do seguinte modo:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
<b>Vendas</b>	<b>36.289,48 €</b>	<b>24.487,79 €</b>
Mercadorias	37.029,68 €	25.756,14 €
Devoluções de produtos acabados e mercadorias	740,20 €	1.268,35 €
<b>Prestação de serviços</b>	<b>62.467,89 €</b>	<b>94.436,60 €</b>
Prestação de serviços	75.907,89 €	94.576,60 €
Descontos e abatimentos	13.440,00 €	140,00 €
<b>Total</b>	<b>98.757,37 €</b>	<b>118.924,39 €</b>

## 17. Fornecimento e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos da entidade resumem-se de acordo com a seguinte discriminação:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Serviços Especializados	173.621,27 €	152.129,95 €
Materiais	7.544,60 €	4.997,16 €
Energia e Flúidos	412,53 €	426,32 €
Deslocações e Estadas	29.753,98 €	51.588,29 €
Serviços Diversos	13.732,97 €	13.083,30 €
<b>Total</b>	<b>225.065,35 €</b>	<b>222.225,02 €</b>





*[Handwritten signatures]*

## 18. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações do pessoal	196.049,40 €	201.930,17 €
Encargos s/ remunerações do pessoal	41.332,57 €	39.925,83 €
Outros gastos	4.216,62 €	2.195,24 €
<b>Total</b>	<b>241.598,59 €</b>	<b>244.051,24 €</b>

A rubrica "outros gastos" inclui gastos com seguro de acidentes de trabalho e formação.

Apresentamos seguidamente um quadro com alguma informação adicional sobre os recursos humanos:

Recursos humanos	2016	2015
Número de trabalhadores no final do período	12	14
Número médio de trabalhadores ao longo do período	13	13
Gastos com o pessoal	241.598,59 €	244.051,24 €
Gastos médios por trabalhador	19.327,89 €	17.432,23 €

## 19. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos outros rendimentos e ganhos:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Donativos	31.894,20 €	- €
Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	0,01 €
Outros	365,98 €	17.218,20 €
<b>Total</b>	<b>32.260,18 €</b>	<b>17.218,21 €</b>



## 20. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos outros gastos e perdas:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Impostos	251,00 €	148,57 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	0,03 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	- €	955,79 €
Outros	5.557,80 €	13.415,88 €
<b>Total</b>	<b>5.808,80 €</b>	<b>14.520,27 €</b>

## 21. Gastos e perdas de financiamento

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se as seguintes montantes referentes aos gastos e perdas de financiamento:

Rubrica	31-12-2016	31-12-2015
Juros suportados	1.667,14 €	5.320,16 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,04 €	- €
<b>Total</b>	<b>1.667,18 €</b>	<b>5.320,16 €</b>

## 22. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2016) e a data de autorização para a sua emissão (13 de fevereiro de 2017), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

## 23. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.





Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do CSC.

**Braga, 13 de fevereiro de 2017**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas N.º 83151